

Ata

**ATA DA 43ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PARAPEBA, REALIZADA EM 05 DE
SETEMBRO DE 2025**

Aos dias 05 de setembro de 2025, os conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) reuniram-se para a realização da 43ª Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba, no Plenário Isaías de Barros Abreu da sede do comitê, localizada na rua Inconfidência, 254, Centro, Betim. **Conselheiros presentes:** Eli Carlos Coimbra – EMATER, Marcela Cristina – SEMAD, Rodrigo Gonçalves – Município Betim, Viviane Pires – Município de Ouro Preto, Natália de Vasconcelos – Município de Jaceaba, Alex de Menezes – Município de Ibitiré, Aline Cardoso – Município de Rio Manso, Márcia Cristina – Município de Caetanópolis, Alessandro de Oliveira – COPASA, Rafael Tavares – IBRAM, Priscila Gonçalves – FIEMG, Andréa de Oliveira – CSN Mineração S/A, Gabriel Maciel – Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva – FAEMG, Vanessa Costa – Vale S/A, Gabriela Andersen – SINDIEXTRA, Winston Caetano – Associações Veredas & Cerrados, Germano Luiz – OAB, Adilson Ramos – SINDÁGUA, Arnaldo Freitas – CEFET, Heleno Maia – IHMBIO, Altino Rodrigues – Instituto Ibi Auá – Gente da Terra, Maria Leticia – CPRM, Maria de Lourdes – IGAM, Fúlvio Rodriguez – EPAMIG, Lauro Batista – IEF, **Participaram também:** Ohany Ferreira, Tais Guimarães, Gisele Nobre e Elaine de Oliveira Pereira – Agência Peixe Vivo (APV); Melissa Barroso e José Eduardo. **Pauta: 1 Item.** Abertura da sessão e verificação de quórum. **2 Item.** Apresentação, discussão e votação da minuta de ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de julho de 2025. **3 Item.** Eleição e Posse da Diretoria do CBH Paraopeba, Gestão 2025-2027. **4 Item.** Discussão e deliberação sobre doação para manutenção da sede do CBH Paraopeba. **5 Item.** Discussão e Deliberação da minuta da DN que cria a comissão permanente de revisão de atos relacionados às atividades críticas em processos de doação e parcerias no âmbito do CBH Paraopeba, e dá outras providências. **6 Item.** Discussão e Deliberação da minuta da DN que dispõe sobre as diretrizes para o recebimento de doações de bens, recursos e serviços por pessoas físicas ou jurídicas ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, e dá outras providências. **7 Item.** Discussão e Deliberação da minuta da DN que altera a composição do Grupo de Trabalho do Fórum Águas do Paraopeba (GT Fórum) e dá outras providências. **8 Item.** Informes: 8.1. I Fórum Águas do Paraopeba 8.2. Evento balanço da gestão da Diretoria – 25/08/2025. **9 Item.** Assuntos Gerais. **10 Item.** Encerramento. **1. Abertura da sessão e verificação de quórum.** A reunião começa com a execução do hino nacional brasileiro. Após, o Presidente do CBH Paraopeba, o Sr. Heleno Maia, inicia a reunião, desejando boas-vindas e agradecendo a presença de todos e todas. O presidente verifica que existe quórum e dá início a próxima pauta. **2. Apresentação, discussão e votação da minuta de ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de julho de 2025.** O Presidente do CBH Paraopeba informa que a ata foi previamente encaminhada por e-mail aos membros e propõe a dispensa da leitura, colocando o documento em discussão. Andréa de Oliveira observa que, na última reunião, houve manifestação de representantes da entidade ligada à Serra do Elefante, que se comprometeram a encaminhar o limite da Unidade de Conservação, mas não há registro do recebimento dessas informações. O Presidente e a Agência Peixe Vivo esclarecem que não houve envio até momento. Heleno Maia informa, ainda, que foi convidado pela entidade dos amigos da Serra do Elefante para participar da visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas não foi possível a participação por coincidir com a agenda desta plenária. Encerrada a fase de

discussão, a ata é colocada em votação. Registram abstenção por não terem participado da reunião anterior os seguintes membros: Adilson Ramos – SINDÁGUA, Gabriela Andersen – Sindiextra, Vanessa Buzzi – Vale S.A, Marcela Prado – Semad, Arnaldo Freitas – CEFET, Germano – OAB e Eli Carlos – EMATER. Não havendo manifestações contrárias, a ata da 42ª Reunião Extraordinária é aprovada por maioria, com as abstenções registradas. **3. Eleição e Posse da Diretoria do CBH Paraopeba, Gestão 2025-2027.** Na sequência da reunião, a presidência solicita que a Comissão Eleitoral assuma a condução do processo de eleição da diretoria do Comitê. O conselheiro Germano Luiz cumprimenta os presentes e explica que a comissão avaliou todo o processo conforme o edital, assegurando a lisura e a regularidade da apresentação da chapa e da eleição. É informado que a chapa candidata encaminhou previamente, por e-mail, o plano de trabalho para o biênio 2025/2027, destacando a continuidade das metas alcançadas na gestão anterior e a intenção de avançar nas ações propostas. Não havendo questionamentos ou manifestações adicionais dos conselheiros, Germano Luiz ressalta o cumprimento de todas as normas e parabeniza os integrantes da chapa pela disposição em dar continuidade à administração do comitê. A conselheira Maria de Lourdes propõe que, diante da existência de chapa única, a eleição seja realizada por aclamação. A plenária concorda, não havendo objeções. Assim, a chapa é reconduzida para a gestão 2025/2027. A nova diretoria é oficialmente parabenizada e convidada a reassumir a mesa de trabalhos. É realizada a assinatura simbólica do termo de posse, acompanhada de registro fotográfico, ficando pactuado que os membros assinarão o documento formal também junto ao SEI posteriormente. A diretoria eleita agradece a confiança dos conselheiros e reafirma o compromisso de trabalhar em prol da gestão das águas da Bacia do Rio Paraopeba. Concluído o processo eleitoral, a presidência retoma a condução da pauta, passando ao próximo item. **4. Discussão e deliberação sobre doação para manutenção da sede do CBH Paraopeba.** A Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Ohany Ferreira, contextualiza o tema, lembrando que na última reunião foi acordado apresentar um comparativo de custos para auxiliar a decisão sobre o interesse do comitê em continuar recebendo a doação para manutenção dos custos de aluguel da sede do CBH Paraopeba. Ohany explica que o aluguel da sede é de R\$ 15.500,00 mensais, valor que atualmente não é pago pela Agência Peixe Vivo, mas coberto pela doação de um usuário. Caso a doação seja mantida, o comitê poderá continuar no espaço; se não, será necessário buscar outro imóvel, pois não será possível arcar com o custo com recursos de custeio. Ohany Ferreira detalha os custos de manutenção da sede atual, destacando a necessidade de investimento em instalação de ar-condicionado, orçado em aproximadamente R\$ 73.000,00 com pagamento único, além da manutenção periódica. Também há previsão de contratação de serviço de segurança para ativar o sistema de câmeras existente, com custo médio mensal de R\$ 1.500,00, e de gastos com sonorização para as reuniões plenárias, que hoje são realizados por contratação externa, em torno de R\$ 6.000,00 por evento, incluindo gravação e equipamentos e lanche. Ohany Ferreira acrescenta que foi feito um levantamento de imóveis alternativos na região, com valores de aluguel entre R\$ 5.000,00 e R\$ 13.000,00, mas nenhum deles comporta um plenário, o que obrigaria o comitê a alugar espaços para cada plenária, a exemplo de outros comitês estaduais. Como comparação, Ohany Ferreira cita que as últimas plenárias do Comitê do Rio das Velhas custaram, em média, R\$ 16.000,00 cada, considerando locação, equipamentos, sonorização e lanches. Ohany Ferreira reforça que a decisão do plenário é essencial, pois, caso não haja interesse em manter a doação ou caso o doador descontinue o aporte, será necessário desocupar o prédio e buscar nova sede. Na sequência, a conselheira Andréa de Oliveira questiona se, em caso de instalação dos aparelhos de ar-condicionado e necessidade de desocupação do imóvel, seria possível remover e reaproveitar os equipamentos em outro local. A Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, esclarece que o ar-condicionado, se adquirido, será comprado com recursos de custeio da Agência e serão removidos. No entanto, ela alerta que, devido às características dos demais escritórios da Agência, que são menores e já equipados, há o risco de os aparelhos ficarem ociosos. Informa ainda, que a sede da Agência em Belo Horizonte, por ser imóvel tombado, não permite instalação de ar-condicionado, o que limita alternativas de uso. Questionada sobre o contrato de doação, Ohany Ferreira informa que a doação que cobre o valor do aluguel se encerra em breve, motivo pelo qual o tema é trazido à deliberação. Caso não haja

interesse do doador em renovar a doação, será necessário buscar outro imóvel. Explica que o contrato de doação é firmado por um ano, com possibilidade de prorrogação, mas depende de negociação a cada renovação. A conselheira Gabriela Andersen manifesta apoio à continuidade da doação, destacando sua importância para manter a estrutura do comitê, mas solicita esclarecimentos sobre os procedimentos legais e a formalização do processo. Ela questiona se a doação é feita em comodato do imóvel ou em recursos financeiros para pagamento do aluguel e pergunta sobre o acesso ao documento que formaliza a transação a fim de garantir transparência e conformidade com as normas estaduais. Ohany Ferreira responde que já existe um termo de doação assinado e informa que o documento está disponível no novo site do comitê, que é lançado nesta data. Diante das informações, a presidência destaca a necessidade de definição sobre a manutenção da doação e a permanência no imóvel, bem como a formalização das tratativas com o doador caso haja interesse em continuar com o atual modelo de custeio. A Gerente de Integração esclarece que o contrato atual prevê a retirada de todos os investimentos feitos no imóvel em caso de saída, não caracterizando benfeitoria. Diz ainda que o Usuário doador paga diretamente a locação do imóvel para o proprietário. Altino Rodrigues destaca a relevância da economicidade na gestão dos recursos pagos pelos usuários da bacia e propõe que o comitê avalie alternativas para reduzir custos, como a realização de plenárias itinerantes ou virtuais, o que ampliaria a integração dos membros e diminuiria despesas com aluguel e infraestrutura. Ressalta que, embora a estrutura atual seja confortável e diferenciada, o valor de aluguel e o investimento em ar-condicionado podem comprometer outras ações. Altino Rodrigues também sugere ampliar parcerias com instituições como CREA, Copasa, FAEMG, além de órgãos públicos que dispõem de auditórios e espaços que poderiam ser utilizados em regime de colaboração. Arnaldo Freitas, apoia a fala de Altino Rodrigues sobre a importância da mobilidade para realização das assembleias e coloca o CEFET à disposição para sediar reuniões, lembrando que já recebeu palestras do Comitê e possui estrutura adequada. Gabriel Maciel considera o espaço atual ótimo e defende a permanência enquanto houver doação, ressaltando o conforto, a localização conhecida e a economia proporcionada. Gabriel Maciel avalia que investimentos em ar-condicionado podem ser adiados, já que a ventilação é satisfatória e a plenária é de curta duração. Guilherme da Silva, entende que a prioridade deve ser aproveitar a sede enquanto houver doação, evitando gastos desnecessários com climatização, móveis fixos e sugere adquirir apenas o indispensável, como ventiladores ou ar-condicionado para o servidor, já que não há garantia de permanência a longo prazo. Guilherme da Silva relembra que, historicamente, Betim é a cidade que garante maior quórum nas reuniões presenciais, mas considera viável alternar encontros e cita ainda a possibilidade de uso de auditórios da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal e outros espaços em Betim. Germano Luiz concorda com Guilherme e propõe que a plenária se manifeste de forma objetiva sobre a aceitação da doação, dando legitimidade ao acordo com o doador. Adilson Ramos, reforça que, enquanto não houver custos para o Comitê, a manutenção da sede é a opção mais adequada, pois é onde há quórum. Ele também apoia a aquisição apenas de equipamentos essenciais e menciona que sua entidade está concluindo a construção de uma sede em Belo Horizonte, com auditório para 230 pessoas, que poderá ser disponibilizado futuramente. Por fim, Guilherme Silva lembra que Belo Horizonte não faz parte da bacia do Paraopeba, o que pode dificultar a utilização de espaços fora da área de abrangência do Comitê. Fúlvio Rodriguez diz que em relação a questão da doação, a plenária já está em consenso, contudo sugere que as outras questões, como formato de reunião (se presencial, virtual, itinerante ou sempre em Betim) sejam tema para outras deliberações. Sua proposta é alternar as reuniões em presencial e virtual e as presenciais alternarem entre itinerantes e na sede, inclusive, nas itinerantes combinando com uma visita técnica a fim de otimizar a viagem. O conselheiro Eli Carlos inicia sua fala pedindo desculpas por ser novo no comitê e solicita esclarecimentos sobre a doação recebida, buscando compreender se ela pode gerar constrangimentos ou influências nas tomadas de decisão do colegiado. Declara que, quanto aos investimentos na sede, considera prudente reduzir os aportes neste momento, em razão da falta de estabilidade quanto ao uso do espaço físico, entendendo que investimentos elevados poderiam ser prematuros ou prejudiciais. O presidente Heleno Maia responde afirmando que não há qualquer tipo de vínculo, amarra ou constrangimento decorrente da doação recebida pelo comitê.

Esclarece que o termo de doação se encontra disponível no site oficial, podendo ser consultado por todos os membros, e que o documento trata de forma explícita as questões de transparência e idoneidade da doação. Heleno informa ainda que a outorga da empresa Minerinvest, responsável pela doação, permanece válida por mais dez anos, não havendo, portanto, qualquer relação imediata com processos de renovação de outorga ou decisões que possam comprometer a independência do comitê. O conselheiro Rodrigo Gonçalves manifesta interesse em estabelecer uma parceria para construção da sede do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) Rio Paraopeba no município de Betim. Informa que a cidade dispõe de ampla área verde e diversos parques, destacando um terreno de aproximadamente 33 hectares localizado no Mirante da Várzea das Flores, adquirido em parceria com a Gasmig. Rodrigo explica que o terreno possui condições adequadas de infraestrutura, incluindo espaço ambiental e estacionamento, e afirma que o município de Betim está disposto a viabilizar a parceria, com a possibilidade de doação da área ao IGAM ou ao Estado, visando a instalação da sede do comitê. Gabriela Andersen manifesta sua intenção de abster-se da votação, afirmando que prefere agir com cautela, por não possuir segurança técnica sobre o procedimento de recebimento da doação. Explica que não acompanhou o processo desde o início, não dispõe de informações detalhadas sobre a formalização da doação, e que sua abstenção é uma decisão pessoal, sem questionamento quanto à idoneidade do processo ou da gestão do comitê. O presidente Heleno reforça que, no passado, o comitê já enfrentou dificuldades ao utilizar espaços cedidos por outras instituições, como a Prefeitura de Betim, onde houve perda de bens sem controle direto do comitê, o que gerou transtornos administrativos. Destaca que, por isso, é fundamental que o comitê mantenha autonomia e controle total sobre o espaço que utiliza, evitando dependência de outras entidades. O Presidente complementa que qualquer nova proposta de cessão de espaço, seja por parte da Prefeitura de Betim, CEFET, ou outras instituições, deverá ser submetida à deliberação da plenária, garantindo transparência e segurança institucional. Destaca que, independentemente de quem ceda o imóvel, a decisão final sempre passa pela plenária, assegurando transparência. Heleno Maia lembra que, no passado, as reuniões itinerantes enfrentavam dificuldades de quórum, o que mudou significativamente após a instalação da sede atual, onde todas as reuniões tiveram quórum para votação. E ressalta que as instituições que ofereceram seus espaços foram apenas para a reunião e não para a sede do comitê. Além de mencionar que quando ele era Secretário do CBH Paraopeba raramente havia quórum para as reuniões virtuais, e que hoje, em seu mandato, onde todas as plenárias são presenciais não houve uma reunião sem quórum. Não havendo mais questionamentos, o presidente do Comitê abre a votação; Maria de Lourdes declara voto contrário, por alinhamento interno da instituição. Gabriela Andersen mantém a abstenção, pelos motivos explicitados anteriormente. Maria Letícia e Márcia Cristina se abstém, manifestando preocupação com a eventual relação entre a doação e processos de outorga. Heleno Maia reitera que a manutenção da sede não implica favorecimento, pois não há transferência de recursos ou compromissos que comprometam a autonomia do Comitê. O plenário aprova, por maioria, a continuidade da doação da sede do Comitê, com registro de votos contrários e abstenções. Registra-se o compromisso de disponibilizar aos membros do plenário o plano de trabalho do contrato de gestão que valoriza iniciativas de busca de recursos externos para investimentos na bacia. Encerrada a votação, a presidência encaminha para o próximo ponto da pauta. **5. Discussão e Deliberação da minuta da DN que cria a comissão permanente de revisão de atos relacionados às atividades críticas em processos de doação e parcerias no âmbito do CBH Paraopeba, e dá outras providências.** Durante a reunião, é apresentada para discussão a minuta de Deliberação Normativa que cria a comissão permanente de revisão de atos relacionados a atividades críticas, processos de doação e parcerias no âmbito do CBH Rio Paraopeba. Gabriela Andersen solicita esclarecimentos, ressaltando a existência de legislação estadual sobre o tema, como o Decreto Estadual nº 48.444, que estabelece procedimentos para doação de bens móveis e serviços na administração pública. Ela questiona se a minuta considera esses dispositivos e pergunta se o Comitê possui personalidade jurídica própria ou se está vinculado ao IGAM. Ohany Ferreira esclarece que o Comitê não possui personalidade jurídica, sendo a Agência Peixe Vivo a entidade que exerce a função de Secretaria Executiva e assina os termos de doação. Informa, também, que a proposta da minuta foi elaborada pela assessoria

jurídica da Agência Peixe Vivo, buscando resguardar o Comitê e dar maior segurança aos processos de doação e parceria. Taís Guimarães complementa que a minuta foi construída com base em normas análogas, tanto estaduais quanto federais, adaptadas à realidade do Comitê. Ela explica que o CBH ocupa uma posição singular no Sistema Estadual de Recursos Hídricos, pois é administrado por uma entidade privada, mas deve seguir princípios de direito público, com regramentos específicos definidos pelo órgão gestor, no caso o IGAM. É ressaltado que, para algumas situações, o IGAM edita portarias que adaptam decretos estaduais às particularidades dos Comitês, como no caso da concessão de diárias. Entretanto, no que se refere a doações e parcerias, ainda não existe um regramento específico, razão pela qual a deliberação é proposta para preencher essa lacuna até que haja norma superior. Taís Guimarães frisa que o objetivo da deliberação é assegurar segurança e, principalmente, transparência, com definição de etapas, competências, documentos exigidos e proibições, permitindo o acompanhamento social e institucional de cada processo. A presidência, então, abre a votação da minuta da Deliberação Normativa (ADN). Durante a votação, Gabriela Andersen manifesta abstenção, alegando insegurança quanto à plena compatibilidade da minuta com a legislação estadual que trata de doações. Na sequência, Marcela Cristina também se abstém, pelo mesmo motivo. Não havendo votos contrários, o presidente proclama a aprovação da minuta, registrando as duas abstenções. Encerrada a votação, o Presidente solicita a formação da comissão, pedindo que cada segmento indique um representante, além de um membro da diretoria. A comissão é formada por Usuários: Gabriela Andersen – Sindiextra; Poder Público: Márcia Cristina – Município de Caetanópolis; Sociedade Civil: Germano Luiz – OAB, e Diretoria: Natália de Vasconcelos – Município de Jaceaba. A presidência reforça que a comissão terá caráter técnico e deliberativo, servindo para analisar e aperfeiçoar os procedimentos. Ohany Ferreira destaca que a partir desta reunião todos os documentos oficiais do comitê, como deliberações e moções aprovadas, serão publicadas no site do Comitê em até dez dias após cada encontro. Nada mais havendo a tratar, Heleno Maia da sequência a nova pauta: **6. Discussão e Deliberação da minuta da DN que dispõe sobre as diretrizes para o recebimento de doações de bens, recursos e serviços por pessoas físicas ou jurídicas ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, e dá outras providências.** Ohany Ferreira esclarece que esta DN complementa a deliberação anterior, sendo que a primeira trata da composição da comissão responsável e a segunda define os procedimentos a serem seguidos. Ressalta ainda que o texto incorpora boas práticas de transparência e prevenção de conflitos de interesse. O conselheiro Guilherme da Silva manifesta preocupação quanto à existência no texto de termo expresso assegurando que eventuais doações ou parcerias não impliquem em benefícios relacionados à concessão de outorgas ou qualquer outro favorecimento por parte do comitê. É confirmado que a redação contempla essa garantia. Em seguida, o presidente Heleno Maia abre o processo de votação, solicitando manifestação dos conselheiros. A conselheira Gabriela Andersen declara abstenção, justificando que mantém a posição adotada na votação anterior. A conselheira Marcela Prado também se abstém, alegando questões técnicas semelhantes às já apresentadas. Não havendo outras manifestações contrárias, o presidente declara a deliberação aprovada pela maioria com as devidas abstenções, e dá sequência à reunião, iniciando o próximo ponto de pauta. **7. Discussão e Deliberação da minuta da DN que altera a composição do Grupo de Trabalho do Fórum Águas do Paraopeba (GT Fórum) e dá outras providências.** Heleno Maia coloca a minuta da deliberação normativa em votação que é aprovada por unanimidade, então encaminha-se para os informes, próxima pauta. **8.1. I Fórum Águas do Paraopeba.** Ohany Ferreira toma a palavra e informa que irá apresentar os pontos encaminhados pela coordenadora do Grupo de Trabalho (GT), Fernanda Lobo, que não pôde participar da reunião. Explica que o GT foi criado com o objetivo de planejar e realizar o Fórum Águas do Paraopeba, iniciativa do Comitê, e que já foram realizadas diversas reuniões e articulações para sua execução. Ohany destaca que, embora o evento esteja avançado em seu planejamento, surgiu a questão de que o local proposto para sua realização, o auditório do CEFET, em Belo Horizonte, está fora dos limites da bacia do Rio Paraopeba. Relata que, a pedido do presidente Heleno Maia, foi feita consulta ao IGAM sobre a possibilidade de realizar o evento em município fora da bacia. Segundo o retorno do IGAM, não há impedimento legal, desde que haja justificativa, uma vez que os recursos do comitê devem ser utilizados preferencialmente

dentro da bacia. Ohany Ferreira reforça que o CEFET ofereceu ampla estrutura gratuitamente, incluindo auditório, salas de apoio, equipamentos de som e transmissão, restando apenas pequenas contratações por parte da Agência Peixe Vivo, como lanche, crachás e impressões, por exemplo. O membro do GT, Gabriel Maciel, manifesta-se, destacando que o CEFET oferece uma estrutura de alto nível, que seria inviável financeiramente em outros locais, estimando um custo de aproximadamente 70 mil reais caso o espaço precisasse ser contratado. Ressalta que a parceria com o CEFET garante economia e visibilidade ao comitê, e que a data e o espaço já estão reservados, dependendo apenas da decisão do plenário para confirmação. Em seguida, o representante do CEFET, Arnaldo Freitas, complementa as informações, afirmando que a instituição possui capacidade para cerca de 200 participantes, com ambiente climatizado, gravação, transmissão e área para exposições. Ressalta que alunos e equipe técnica do CEFET poderão colaborar na organização e que o evento está sendo planejado para ocorrer em outubro, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o que favorece a participação do público acadêmico. Arnaldo reitera que a direção do CEFET já aprovou e protocolou o evento, disponibilizando oficialmente o espaço, e reforça que a única pendência é a deliberação do comitê sobre a realização fora da bacia. Argumenta que, pela logística e acesso facilitado a palestrantes e convidados externos, Belo Horizonte se mostra uma opção viável e estratégica. Andréa de Oliveira questiona a duração do evento, e Arnaldo informa que será de um dia, com possibilidade de expansão em futuras edições. Maria de Lourdes reforça que a proposta atende ao princípio da economicidade e está prevista no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), podendo ser aprovada pela plenária. Altino Rodrigues manifesta apoio, argumentando que Belo Horizonte mantém relação direta com a bacia, por depender do Paraopeba para seu abastecimento. Ressalta ainda o valor simbólico e técnico da realização em ambiente acadêmico e sugere estender o convite a outros campos do CEFET. Fúlvio Rodriguez questiona a abrangência da regra de aplicação de recursos “preferencialmente na bacia” e Maria de Lourdes esclarece que a legislação anterior restringia o uso exclusivamente à bacia, mas a atual flexibilizou a norma, permitindo o uso em outras localidades mediante justificativa. Guilherme da Silva apoia a proposta, embora lamente que o primeiro fórum não ocorra dentro da bacia. Sugere o mapeamento de auditórios e espaços parceiros em municípios da bacia para futuras edições. Winston Caetano também apoia a realização no CEFET, ressaltando o momento importante de visibilidade do Comitê e sugerindo incluir, na programação, um painel sobre o abastecimento de Belo Horizonte com águas do Paraopeba. Arnaldo Freitas informa que a programação está 80% definida e que o conselheiro Altino Rodrigues integrará uma das mesas redondas, abordando o tema do uso múltiplo da água na bacia. Heleno Maia reforça que a consulta ao IGAM visava garantir segurança jurídica à decisão. Em seguida, o presidente Heleno Maia coloca a proposta em votação, que é aprovada por unanimidade; o Fórum Águas do Paraopeba será realizado no CEFET-MG, em Belo Horizonte, com apoio da Peixe Vivo e do GT responsável pelo evento.

8.2. Evento balanço da gestão da Diretoria – 25/08/2025. No encerramento da reunião, é apresentado o último informe, referente ao evento “Balanço da Gestão da Diretoria – 25/08/2025”. O Heleno explica que tal evento foi para mostrar os resultados do plano de trabalho desenvolvido durante o mandato que se encerra no dia 12 de setembro. A iniciativa busca dar transparência às ações da diretoria, demonstrando as entregas realizadas e reforçando o compromisso com a gestão participativa. Altino Rodrigues toma a palavra, destacando a importância do momento para evidenciar o crescimento e amadurecimento do CBH Paraopeba. Ele relembra que, ao longo dos anos, o Comitê enfrentou dificuldades para avançar em suas metas, mas que atualmente encontra um rumo sólido, pautado pelo diálogo democrático e pela participação ativa dos membros. Altino Rodrigues enfatiza que, apesar das divergências de opiniões, o objetivo comum é a gestão eficiente dos recursos hídricos. O conselheiro relata que o evento contou com a presença de representantes do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo do município de Betim, além de membros da diretoria, com exceção do Guilherme da Silva que por compromissos prévios, não pôde comparecer. Altino Rodrigues parabenizou a diretoria pelo trabalho realizado e celebra a continuidade da gestão por mais dois anos, reforçando a importância da unidade e do debate coletivo para a construção de soluções.

9. Assuntos Gerais. O presidente destaca sua preferência pelas reuniões presenciais, relatando experiências pessoais que reforçam a

importância do contato direto entre os membros, lembrando de situações em que, em reuniões virtuais, era difícil reconhecer os conselheiros, o que gerava constrangimentos em encontros presenciais posteriores. Ressaltou que, com a adoção do modelo presencial, o Comitê vem alcançando quórum pleno e resultados mais produtivos, fortalecendo a integração entre os participantes e ampliando a visibilidade institucional. O presidente argumenta que os encontros presenciais permitem maior interação e comprometimento, evitando dispersão dos membros durante as discussões, como frequentemente ocorre em reuniões online. Afirma que, atualmente, o CBH Paraopeba é mais reconhecido por órgãos públicos, como o Ministério Público, que agora busca parcerias e convida o Comitê para reuniões, sinalizando o fortalecimento da atuação e da imagem institucional. Em seguida, Natália de Vasconcelos, manifesta opinião divergente e propõe que seja avaliada a possibilidade de realizar uma porcentagem de reuniões virtuais, considerando a extensão da bacia do Paraopeba e a dificuldade de deslocamento dos conselheiros de suas regiões. Natália de Vasconcelos sugere que encontros para tratar de temas menos complexos, que não envolvam deliberações críticas, possam ocorrer de forma remota, e finaliza deixando para o plenário a decisão final sobre a adoção do modelo. A plenária acolhe a proposta como um assunto a ser deliberado em momento futuro, reconhecendo a importância de equilibrar as reuniões virtuais com as presenciais. Na sequência, Altino Rodrigues apresenta alguns convites e informes: Destaca a participação do CBH Paraopeba no ENCOB, que ocorrerá em Vitória, ressaltando a relevância do evento para o fortalecimento da representação dos comitês em nível estadual e nacional. Informa que contribuirá em uma capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre recursos hídricos e saneamento, salientando que, apesar do alto custo das obras, o Comitê pode atuar para estimular ações que favoreçam o saneamento e, conseqüentemente, a qualidade da água. Convida os membros para a plenária do CBH São Francisco, que acontecerá em Belo Horizonte nos dias 16 e 17 deste mês, sendo o primeiro dia destinado à última reunião da atual gestão e o segundo à posse da nova diretoria. O conselheiro ressalta a presença do Heleno Maia que estava presente na última reunião da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco onde fez grandes contribuições do ponto de vista de ação e inspirou com a história do CBH Paraopeba. Antes de finalizar, Altino Rodrigues retoma proposta anterior, feita em outra reunião, de criar um grupo de trabalho integrado entre comitês estaduais e o Comitê Federal para enfrentar a questão das ocupações irregulares às margens de represas. Informa que, no dia 3, por determinação do Procurador da República Federal em Sete Lagoas, ocorreu uma ação de desocupação de Área de Preservação Permanente (APP) na Foz do Rio Paraopeba, nas margens da represa. Relata que, embora a medida tenha buscado corrigir irregularidades ambientais e sanitárias, foi executada sem aviso prévio às comunidades locais. Altino Rodrigues ressalta a importância de distinguir ocupações legítimas das ocupações irregulares, lembrando que algumas possuíam anuência da CODEVASF, gestora do reservatório à época. Após manifestações da população e de instituições locais, a operação foi paralisada. O conselheiro alerta para a necessidade do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba acompanhar mais de perto essas questões, considerando o impacto social e ambiental das ações de desocupação, sobretudo sobre famílias em situação de vulnerabilidade. Em seguida, Altino Rodrigues agradece o apoio do presidente Heleno Maia nas articulações entre o Comitê do Paraopeba e o Comitê do São Francisco, reforçando a importância do processo de integração entre as bacias. O conselheiro Guilherme da Silva apresenta preocupação com a eleição do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorrerá durante o ENCOB. Ele observa que as chapas concorrentes não foram apresentadas na plenária dos CBHs que acompanha: CBH Velhas e Paraopeba. Impossibilitando que os conselheiros deliberassem de forma adequada. Sugere, então, que o representante do Paraopeba se abstenha de votar e que, em futuras eleições, as chapas sejam previamente apresentadas aos comitês para que cada plenária defina o voto de maneira clara, democrática e transparente. Altino Rodrigues comenta sobre o processo eleitoral relacionado, destacando que a condução das propostas e chapas é uma característica própria de cada comitê. Relata que, durante sua gestão à frente do Comitê SF4, apresentou e debateu propostas, mas, no momento atual, o tema foi tratado apenas no Fórum Mineiro, com a presença do representante do Fórum Nacional, inclusive na reunião de Paracatu. Segundo Altino Rodrigues, outros comitês não apresentaram chapas concorrentes, pois já conheciam a posição

majoritária dos comitês de Minas Gerais, evitando, assim, o embate direto. Explica que defender uma proposta exige preparo e firmeza, o que não se verificou por parte dos ausentes. Dessa forma, houve alinhamento em apoio à chapa 1, que segue para reeleição. O conselheiro relembra que a atual gestão do Fórum Nacional trouxe avanços significativos, como a criação de grupos de trabalho e pautas temáticas, inexistentes em gestões anteriores, quando o fórum se limitava à organização de eventos anuais, como o ENCOB, sem maior aprofundamento técnico. Afirma que o Fórum Nacional atualmente tem conteúdo e relevância, citando sua própria participação em capacitações promovidas em parceria com a ANA e com o IGAM. Conclui defendendo a manutenção do apoio à chapa atual por mais dois anos, ressaltando que a abstenção neste momento significaria perder a oportunidade de fortalecer uma gestão que tem representado bem os comitês mineiros, sugerindo que em um próximo ciclo seja possível construir uma candidatura própria, com base nas propostas apresentadas pelo conselheiro Guilherme da Silva. Surge então um debate sobre abstenção de voto. Alguns conselheiros defendem que a abstenção é um direito legítimo e, neste caso, funciona como uma forma de registrar que a decisão não foi previamente discutida no comitê. Heleno Maia argumenta que se abster demonstra falta de posicionamento e reduz a legitimidade para futuras cobranças sobre a diretoria eleita. Há manifestações no sentido de que o voto expressa compromisso com o processo, enquanto a abstenção poderia sinalizar desinteresse. Por outro lado, conselheiros ponderam que podem ocorrer situações em que uma abstenção é necessária, seja por falta de informação ou por orientações institucionais, e que a mudança de voto é sempre possível caso novos argumentos surjam durante a votação. Encerrado o assunto, o conselheiro Winston Caetano questiona o andamento da proposta de monitoramento da fauna aquática no Rio Paraopeba e sugere uma visita técnica à Retiro Baixo, especialmente em razão da proximidade do período da piracema, para avaliar a transposição de peixes e as ações de manejo. E alerta para a pesca que continua ocorrendo no rio, apesar de recomendações de órgãos de saúde, e para os riscos à população ribeirinha. O presidente responde que não existe legislação que proíba a pesca no local, lembrando que a Constituição garante a liberdade de ação, salvo restrição legal. Ressalta que, apesar das recomendações de saúde, a fiscalização estadual é limitada e o poder público não dispõe de estrutura suficiente para coibir a prática. A conselheira Marcela Cristina esclarece que a pesca permanece proibida na região. Informa que o IGAM realiza o monitoramento da qualidade da água mensalmente, e que a competência sobre a proibição da pesca é da área da saúde pública. Ressalta que está verificando com sua equipe qual foi o instrumento legal que determinou a restrição. Destaca que há sinalizações e placas educativas informando a população sobre o risco potencial do consumo de peixes, visto que ainda estão em andamento os estudos de risco. Explica que, apesar dos alertas e das ações de educação ambiental, algumas pessoas continuam a pescar na região, assumindo os riscos de forma individual. Marcela Cristina reforça que não há afirmação de contaminação dos peixes, mas que o rio recebe diversos efluentes, apresentando carga poluidora significativa, inclusive de fontes não relacionadas à mineração. Salaria que o Estado e o empreendedor (Vale) cumpriram suas obrigações, instalando placas e realizando campanhas informativas. No entanto, reconhece que não há meios de impedir totalmente a pesca ilegal, situação semelhante à pesca durante o período da piracema, o que evidencia a complexidade de restringir o acesso a recursos públicos naturais, mesmo diante dos riscos conhecidos. Em seguida Ohany Ferreira informa, em resposta ao Winston Caetano, que os trabalhos de monitoramento avançam conforme os moldes apresentados por Rayssa na reunião anterior. Esclarece que o processo está em fase final, com a licitação já concluída e a empresa vencedora definida, restando apenas a assinatura do contrato. Apresenta, em seguida, atualizações sobre o site do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba, que já está no ar e reúne diversas informações para consulta pública. Explica que, na aba “Comitê”, é possível acessar a composição do plenário, diretoria, câmaras técnicas, grupos de trabalho, além de convocações, atas, regimento interno, deliberações, moções e normas relacionadas aos recursos hídricos. Informa que o site também possui seções sobre a bacia hidrográfica, os instrumentos de gestão, e os projetos em andamento. Destaca o relatório bimestral (“report”) das ações, os editais abertos, e a situação de cada processo licitatório, incluindo contratos firmados, valores, empresas contratadas e objetos das licitações. Aponta ainda que são disponibilizados atos de dispensa, chamamentos públicos, termos de parceria, contrato de gestão, plano de

trabalho, relatórios de gestão e avaliação do IGAM, além de relatórios trimestrais de execução financeira e do custeio da Peixe Vivo. Menciona a existência de um Painel BI de acompanhamento do PPA que permite consultas filtradas por região e projeto, facilitando o acompanhamento das ações e saldos financeiros. Em relação à comunicação, informa que a licitação da agência responsável ocorrerá em 19 de setembro, e, até lá, a Peixe Vivo segue alimentando a aba "Agenda" do site. Ressalta que o calendário oficial das reuniões e atividades está sendo atualizado, incluindo eventos dos grupos de trabalho e, a pedido do presidente Heleno, a agenda institucional da presidência. Por fim, comunica que o presidente participará, no dia 16 de setembro, em Brasília, de uma audiência pública sobre as ações de recuperação das áreas atingidas pelo desastre de Brumadinho, representando o Comitê. Heleno Maia ao final, registra que, apesar das divergências, prevalece o entendimento de que as decisões do comitê devem ser precedidas de ampla discussão interna, garantindo que votos e posicionamentos representem de fato a deliberação coletiva.**10. Encerramento.** Não havendo outros assuntos, o Presidente declara encerrada a 43ª (quadragésima segunda) reunião, desejando boa tarde a todos. A ata foi lavrada por mim, Elaine de Oliveira (Agência Peixe Vivo), que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião seguinte. Betim, 05 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**, **Presidente(a)**, em 06/11/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **126782657** e o código CRC **2B41C4CA**.

Referência: Processo nº 2240.01.0006039/2025-09

SEI nº 126782657